



Trabalhos Arqueológicos e Antropológicos realizados durante a abertura de rede de gás no âmbito da remodelação do imóvel sito no Largo da Sé Velha, 30/Beco da Carqueja, 3, União das Freguesias de Coimbra

Raquel Santos¹

Carmen Pereira²

O presente documento refere-se ao cômputo dos trabalhos arqueológicos e antropológicos ocorridos em 2014, para implantação da rede de gás no âmbito da empreitada de “remodelação do imóvel sito no Largo da Sé Velha, 30/Beco da Carqueja, 3”, na Alta de Coimbra.



◆ - Rede; ◆ - Ramais; ○ - local de ligação à rede pré-existente (adapt. Google earth).

Estes trabalhos enquadram-se na lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, nº 107/2001, de 8 de setembro; no regulamento de trabalhos arqueológicos publicado através do decreto-lei nº 270/1999, de 15 de julho, alterado pelo decreto-lei nº 287/2000, de 10 de novembro, em vigor à época da aprovação dos trabalhos

¹ Arqueóloga da Câmara Municipal de Coimbra.

² Antropóloga da Câmara Municipal de Coimbra.

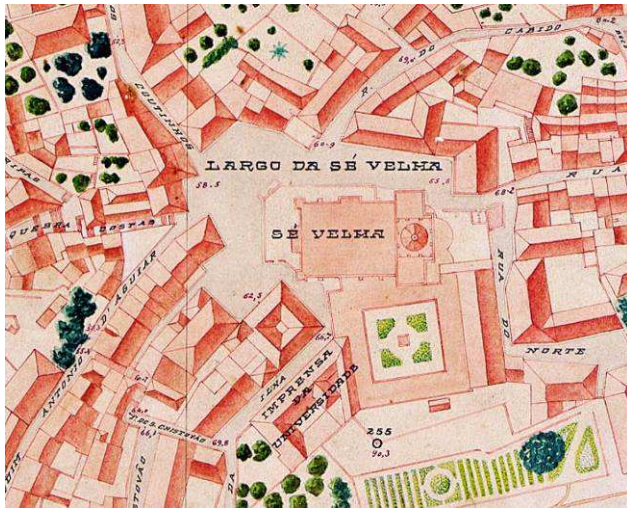


arqueológicos, revogado pelo decreto-lei n.º 164/2014, de 4 de novembro; em harmonia com o preconizado na Circular n.º 1/2014, de 11 março – “Trabalhos de Antropologia Biológica em Contexto Arqueológico”; e no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra (Carta de Sítios com Potencial Arqueológico - anexo II do RMUE).

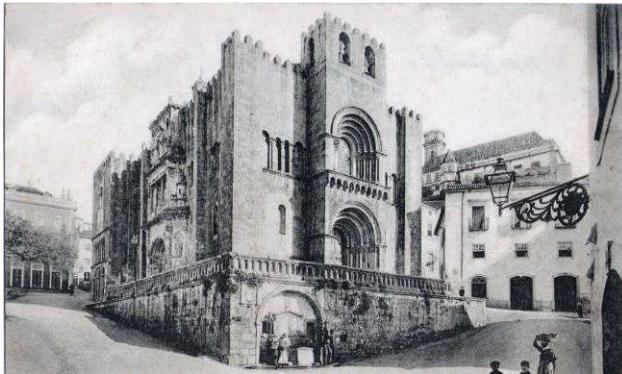
A perceção do impacto patrimonial da área de intervenção carece de uma breve apresentação histórica da área de envolvimento da zona de intervenção, com especial destaque para as sucessivas transformações que ocorreram.

O Largo da Sé Velha, situado na confluência dum complexo de arruamentos de aneliformes, a meio do percurso pedonal entre a Porta de Almedina e a Universidade, é desde tempos imemoriais, o coração da Alta de Coimbra. A Catedral (Sé Velha) de edificação românica afonsina e gótica, sofreu sucessivas alterações ao longo do tempo, os restauros revivalistas, oito e novecentistas, configuraram-lhe uma aparência medieval (Figueiredo, 2013).

Administrativamente integra-se na União das freguesias de Coimbra: Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu (antiga freguesia de Almedina), concelho de Coimbra. Insere-se na Servidão Administrativa da Igreja da Sé Velha, compreendendo o túmulo de D. Sesnando, de 10/01/1907 e 17/01/1907; 16.06.1910, DG 136 de 23/06/1910; ZEP – DG (II Série), n.º 23, de 28/01/1957. Encontra-se ainda inserido na Zona Especial de Proteção da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, inscrita na lista do Património Mundial pelo Comité do Património Mundial (UNESCO), conforme consta do aviso n.º 14917/2013 publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 236 de 5 de dezembro de 2013, e é abrangido pela área protegida na Planta de Ordenamento – “Sítios com Potencial Arqueológico e outros bens imóveis de Interesse Patrimonial”, do PDM deste Município, em vigor.



Excerto da planta da cidade de Coimbra (Lopes, 1934 in CMC, 2006:135)



Adro da Sé Velha (terraço no final do século XVI, com chafariz e escadaria - D. Afonso de Castelo Branco
(<https://i.pinimg.com/originals/e4/7e/22/e47e22bed55ab07b6eb86f841bfb5012.jpg>)

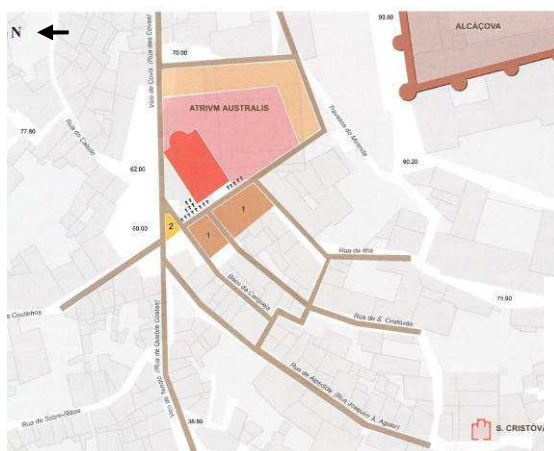


Adro da Sé Velha (terraço no final do século XIX/XX, com novo chafariz e entrada lateral – Francisco Lemos
(<https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/tag/s%C3%A9+velha>)

Urbanisticamente, a malha urbana intramuros, comumente conhecida como Almedina, é caracterizada pela existência de dois tipos morfológicos separados *grosso modo*, por uma depressão coincidente com o eixo de circulação principal entre a porta de Almedina, a vetusta Catedral, denominada como Igreja de “*Santa Maria Colimbriense*” (Vasconcelos, 1993), atual Sé Velha, e a área central do criptopórtico romano. A zona da Sé Velha desde sempre foi um local de encontro das vias de comunicação, o que justifica a intensa vida comercial que existia à sua volta. Nela se desenvolviam as principais atividades do burgo coimbrão, antes da expansão para os arrabaldes a partir do século XVI (Correia, 1945). O Largo da Sé Velha terá sofrido amplas transformações, sobre as quais pouco ou nada se sabe quanto à sua exata configuração e datação, muitas hipóteses são apresentadas com base em tradições e deduções. Revelador de prestígio e simbolismo foi a coroação dos primeiros reis de Portugal efetuada na Sé (Pontes, 2009). Desta forma, justifica-se que a construção da Sé tenha sido erguida sobre um



templo visigótico e que posteriormente tenha servido de Sé Episcopal quando, no fim do século VI ou início do VII, o bispo de *Conimbriga* se transferiu para *Aeminium* (Pontes, 2009). António de Vasconcelos (1930, I, 30-31 *in* Pontes, 2009:13) defende que este foi o local da Catedral, desde finais do século IX até à tomada de Coimbra por Almançor em 987. Seria então composta por um conjunto edificado que integraria, para além do templo, um batistério, paço do bispo, celeiro, adega, cemitério, entre outros (Alarcão, 2008). Neste espaço terá ainda existido a mesquita muçulmana, cuja localização exata ainda se discute. Walter Rossa (2001) defende a sua implantação do lado sul da Sé, não considerando a alternância do mesmo edifício entre o culto cristão e o islâmico. Enquanto Jorge de Alarcão (2008) refere que, se a Catedral visigótica tivesse um átrio, a mesquita teria sido instalada nesse espaço. Contudo, nunca foram encontrados quaisquer vestígios ou expressão toponímica, existindo apenas uma referência escrita de que, aquando da Reconquista Cristã em 1064, Fernando Magno “(...)fez purgar o edifício muçulmano e consagrá-lo ao culto cristão, sendo dedicado à Virgem Mãe de Deus.” (Vasconcelos, 1993:27).



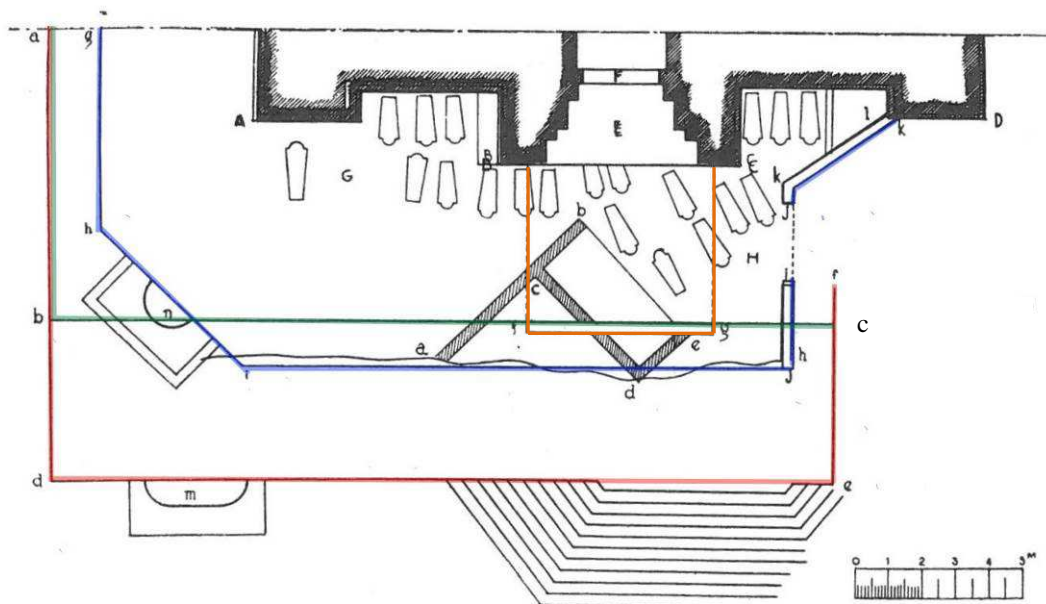
Legenda:

- 1 – Casas doadas à Sé por Fernando Magno
- 2 – Casa do Vodo

Reconstituição da zona da Sé, anterior ao século. XII
(Alarcão, 2008:124)

Na década de 1080 a Sé estaria orientada a ocidente e em frente dela, teria o cemitério parcialmente reconhecido em 1933, e nas sepulturas escavadas na rocha encontradas na cave do grande prédio do século XVII, que foi do cabido que potenciam a hipótese do *atrium australis* e de, pelo menos, o topo oriental deste prédio, ter sido construído sobre o cemitério medieval da Sé (Alarcão, 2008). Um documento registado no Livro Preto refere que “*Era necessário que a Sé fosse construída no mesmo local onde havia a antiga igreja, talvez agora em proporções mais ampliadas. O sítio era a meio da encosta ocidental, sobre uma vasta penedia calcária, já aproveitada em grande parte desde tempos anteriores, para cemitério que circundava e*

emoldurava o edifício”, continuando a servir de cemitério, mesmo quando se encontrava em ruínas³ (Vasconcelos, 1993).



Legenda: Alterações urbanísticas do Adro da Sé Velha (adapt. Vasconcelos, 1993:199)

- Terraço inicial do final do Século XV/XVI - D. Jorge de Almeida;
- Ampliação do terraço no final do século XVI, com chafariz (m) e escadaria - D. Afonso de Castelo Branco;
- Redução do terraço no final do século XIX/XX, com novo chafariz e entrada lateral – Francisco Lemos;
- Escadaria construída em 1934.

Arquitetonicamente o âmago do edifício reporta-se ao século XII, tendo-se registado algumas alterações desde essa época até à atualidade. Entre 1483-1543 o Bispo-Conde D. Jorge de Almeida mandou ampliar e regularizar o adro a norte e oeste da igreja, que era até então em rampa, transformando-o num tabuleiro horizontal, com cerca de 6m de largura, cercado de grade gótica de pedra calcária, com cerca de 24m de comprimento com duas entradas situadas, uma em cada extremo do patamar. Esta obra implicou a permuta de umas casas da câmara municipal, a demolição de habitações pertencentes à mesa capitular e a retirada do pelourinho (Pontes, 2009). A fim de tornar o adro num largo espaçoso, que permitisse também ver-se convenientemente a fachada grandiosa, a 29 de julho de 1498, a Câmara cedeu a Casa da Audiência dos Juízes da Cidade, situada em frente da fachada ocidental da Sé e o pelourinho

³ Manuel Real (1974:46 in Pontes, 2009), baseado num excerto de um documento de 1139 referindo que D. Bernardo recebeu o arcebispo D. João Peculiar “in ecclesia Sancte Marie”, afirma que a reconstrução da Catedral no século XII, não foi motivada por estar em ruína, mas para prestígio do bispo e da cidade.



foi retirado para a Praça do Comércio. Em 1501⁴ foram ainda demolidas 5 casas do cabido (Vasconcelos, 1993).

Entre 1585-1615 o Bispo-Conde D. Afonso de Castelo-Branco mandou efetuar novas alterações, prolongando o patamar com mais 4,80m para ocidente, construindo novo muro ocidental e um muro meridional, acrescentando um novo acesso com uma escadaria frontal e um chafariz junto ao canto noroeste, abastecida com água da fonte da feira dos estudantes (Vasconcelos, 1993).

Ao desmanchar-se o terraço primitivo, de D. Jorge de Almeida (séc. XV/XVI), encontraram-se paredes inferiores que corresponderiam a uma antiquíssima construção que existiu em frente da porta ocidental da Sé. De acordo com o estudo efetuado pelo Dr. Vergílio Correia, baseando-se em várias passagens do *Livro das Calendas* e da própria escritura, os muros paralelos «a-b» e «d-e», e o reboco que os revestiam eram de cronologia romana, o muro «c-d» de época medieval pertenciam à “Casa da *Rollaçom* ou da Vereação, a *Domus Municipalis*”, vulgarmente conhecida pela denominação de «Abarra» ou «Casa do Vodo». Esta casa situava-se “precisamente diante da porta ocidental da Sé, encravada no Adro”, e que o Bispo D. Jorge de Almeida e o Cabido tinham permutado em 1498 com a Câmara, para procederem à sua demolição para acrescentar o terraço (Vasconcelos, 1993).

Este novo acesso foi mandado demolir pelo Dr. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho em 1775, para facilitar o acesso à Imprensa da Universidade. Por sua vez, António Augusto Gonçalves mandou encurtar o terraço, cortando o triângulo noroeste, para onde transferiu a fonte, e do lado sul para além de o encurtar fechou o acesso com um muro e um portão, colocando um portão no acesso nordeste. Na tentativa de se descobrirem reminiscências da primitiva escada de acesso à porta principal, em maio de 1898 fizeram-se escavações no adro, em frente da fachada ocidental, contudo, apenas se encontraram vestígios de muros de alvenaria (Vasconcelos, 1993).

O terraço do adro foi totalmente demolido em 1933. Durante a intervenção encontrou-se parte do cemitério medieval com sepulturas escavadas na rocha, que se situava não só no Adro da Sé, como por baixo das casas que existem na parte setentrional, em frente à porta espiciosa. Algumas destas sepulturas são anteriores à construção do templo no século XII, uma vez que duas delas foram intercetadas pela sua construção (Vasconcelos, 1993). Todas as evidências

⁴ Em 1501 o bispo D. Jorge celebra um acordo de indemnização com o cabido por ter demolido 5 casas que pertenciam à mesa capitular da Sé, para regularizar e ampliar o adro para lhe dar melhor acesso e perspetiva (Vasconcelos, 1993:228).



demonstradas pelos trabalhos perpetrados em 1933, nomeadamente as duas sepulturas escavadas na rocha que estão parcialmente afetadas pela parte saliente da fachada, os silhares siglados, e a proximidade da *Domus Municipalis*, revelam que inicialmente a porta principal da Sé, não seria na fachada ocidental (Vasconcelos, 1993). A atual porta da Sé de Coimbra não foi projetada para fazer o ingresso no templo, devido ao estreito passadiço existente entre a Sé e a *Domus Municipalis*. Esta entrada terá sido uma construção acessória construída nos princípios do século XIV, no topo meridional com dois degraus para dar acesso à porta, atribuindo-lhe assim a função de acesso à igreja que até ali não tinha, permanecendo assim até às obras de D. Jorge de Almeida, perpetradas nos séculos XV/XVI (Vasconcelos, 1993). Em 1934, quando se construiu a escada atual foi necessário ocupar a área daquele edifício, assentando o primeiro degrau sobre os fundamentos do antigo edifício, ficando cerca de 3,50m deste sobreposto à escadaria (letras *f-g*).

De todas as intervenções realizadas na Sé Velha, a mais polémica foi a da construção da escada de acesso ao portal poente, que chegou a ser apelidada de “macabra” (Pontes, 2009). António de Vasconcelos opôs-se à sua construção, alegando o facto de, no século XII junto desta fachada existir um cemitério. Não se teria implantado a fachada sobre as sepulturas, pois os silhares da mesma são todos afeiçoados desde a base e alguns têm, inclusivamente, siglas dos canteiros medievais. Cuidado este, que não se justificaria se a parede fosse para ficar oculta por escadaria de acesso frontal, patim ou tabuleiro com acesso lateral. Acrescido da distância entre a fachada ocidental e a “*Casa do Vodo*”, com cerca de 1,70m, que não seria suficiente para implantar uma escadaria que vencesse um desnível de quase 3 metros. Só no final da Idade Média após demolição da casa se construiu um estreito passadiço com acesso lateral, que só ganhou dignidade com a construção do tabuleiro mandado edificar por D. Jorge de Almeida. Esta opinião foi bastante contestada por parte de outros autores, nomeadamente por Virgílio Correia e José de Figueiredo que, defendiam que a porta principal sempre fora a atual, e que a “*Casa do Vodo*”, teria sido um edifício romano entulhado e desaparecido ao tempo da construção da Sé (Correia, 1945: 86-93 e 113). Ainda assim, António de Vasconcelos manteve a opinião de que primitivamente, não havia qualquer acesso à Sé por esta porta, que serviria apenas para fazer anúncios, proclamações e pronunciar sentenças, admitindo todavia, que em 1172 (devido à invasão muçulmana de 1116 – 1117), o edifício municipal estaria em ruína. Tentou ainda impedir a construção da escadaria atual que chegou a estar suspensa por algum tempo, acabando por ser construída, tendo-se tornado no palco da *Serenata Monumental* da



feita da Queima das Fitas, constituindo uma tradição muito enraizada. António Pimentel defende também que a porta da fachada ocidental inicialmente serviria para as proclamações dos reis de Portugal (Pimentel, 2000).

Afigura-se plausível que o projeto inicial não previsse o acesso principal pela fachada poente, mas provavelmente um patim com acesso pelo lado sul, que de acordo com o registo no Livro das Calendas, já existia, pelo menos em 1222, que menciona uns degraus pelos quais se subia à porta ocidental, do lado da torre dos sinos (Pontes, 2009).

A catedral passou a designar-se como Sé Velha a partir de 1772, quando os serviços se transferiram para a Igreja do Extinto Colégio de Jesus, passando esta, a designar-se por Sé Nova (Loureiro, 1964; Vasconcelos, 1992).

No cartulário do século XIII, publicado em 1855 por Miguel Ribeiro de Vasconcelos nas “*Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*” T. I parte II e na Revista Biblos, referido por António de Vasconcelos (1993), regista-se uma “*carta de doação e firmidão*” de 22 de agosto de 1172, do Rei D. Afonso Henriques ao Bispo de Coimbra, D. Miguel, e aos seus cónegos e respetivos sucessores *in perpétuum* uma casa sita no bairro, ou grupo de moradas, a ocidente da Sé e fronteiro a esta, que ficava separado do adro por uma rua transversal, com orientação sul/norte, que corresponderá atualmente ao Beco da Carqueja. Este resultaria de um fragmento da antiga Rua dos Gatos, já assim denominada no século XIV (Correia, 1945), que se estendia do Largo da Sé Velha até uma travessa que a ligava à Rua das Esteirinhas, tocando a nascente na Rua da Ilha e a poente na Rua de Alpedide, atual Rua Joaquim António Aguiar (Madeira, 2008).

Atualmente, o Beco da Carqueja é constituído por uma ruela com cerca de 29m de cumprimento, entre o Largo da Sé Velha, bifurcando em lanços de escada, a nascente sobe para a Rua de S. Cristóvão e a poente desce para a Rua Joaquim António Aguiar. A primeira referência encontra-se num documento de 1502 referindo um contrato de escambo de umas casas no “*Beco dos Gatos ou da Carqueja*”⁵ (Loureiro, 1964).

Resumindo, atendendo à disposição topográfica da urbe, a Catedral situa-se num ponto central, dentro do núcleo da cidade muralhada convergindo neste ponto, as três entradas principais da cidade nomeadamente, Almedina, Belcouce e Sol, sendo um ponto de passagem quase inevitável. Desde a porta e torre de Almedina, a interligação entre as entradas principais do núcleo muralhado, incluindo o Castelo, e as principais torres do aparelho defensivo,

5 A.U.C. – Doações, compras e escambos, fol. 39 (Loureiro, 1964:214).



funcionando como elo primordial entre a Alta e a Baixa, sendo desde tempos remotos, o centro nevrálgico dos eixos rodoviários, sociais e económicos de maior importância a partir da Época Romana e na Idade Média.

Findo este breve enquadramento da área de intervenção apresentam-se os métodos e resultados dos trabalhos arqueológicos e antropológicos desenvolvidos.

O objetivo primordial da execução destas infraestruturas foi o de abastecer o imóvel onde iria funcionar o berçário, infantário e creche, situado no Largo da Sé Velha n.º 30 e Beco da Carqueja, n.º 3. No entanto e estando em curso a execução da rede de gás, efetuou-se também a abertura dos ramais para os imóveis n.ºs 3, 5, 10, do Bc. da Carqueja e para os do Largo da Sé Velha, n.º 29/Rua da Ilha n.º 8.

Tratando-se de um local com grande sensibilidade arqueológica, houve a preocupação de minimizar o impacto no subsolo procurando-se, por isso, executar a vala no seguimento das realizadas anteriormente para implantação de outras infraestruturas. Desta forma, a fim de localizar estas valas, os trabalhos iniciaram-se com a abertura de duas sondagens para detetar a implantação das infraestruturas pré-existentes e projetar a realização da presente vala com o mínimo de afetação do subsolo.

O revolvimento de terras identificado resultou das diversas infraestruturas de várias épocas, desde o coletor e ramais de saneamento em grés, nalguns locais intercetados ou substituídos por PVC; vestígios da antiga conduta em ferro galvanizado e da conduta em lusalite; e tubos flexíveis de Ø de 100 (verdes e vermelhos) para instalação de cabos elétricos e de telecomunicações. Registou-se ainda uma fiada de placas de xisto, e tijolo furado, que serviriam para proteger antigos cabos elétricos. Nalgumas áreas da vala no Largo da Sé Velha registaram-se dois maciços de betão a cerca de 40/50 cm de profundidade, que deverão proteger infraestruturas pré-existentes.



Situação prévia ao início dos trabalhos no Largo da Sé Velha.



Situação prévia ao início dos trabalhos, na área sudeste do Bc da Carqueja.

A vala teve cerca de 70m de comprimento, com uma largura variável entre os 60 e os 70cm, procurando atingir-se a profundidade do 80cm, exceto nos casos onde se detetou a presença de outras infraestruturas em funcionamento e/ou no caso em que se registaram estruturas arqueológicas.

Estratigraficamente, a vala apresentou pavimento em calçada de seixos de quartzito, com forma subquadrangular-cubica, que constitui o nível de pavimento e circulação atual do Largo. Nalgumas zonas da vala assenta em toutvenant, mas maioritariamente encontra-se sobre terras revolvidas. De forma geral caracterizam-se por camadas de depósitos revolvidos, na sua maioria enquadráveis no século XX e nalguns casos já mesmo do início do século XXI. Estas constantes intervenções sucessivas que se efetuaram no subsolo, e as transformações perpetradas no Largo da Sé Velha, contribuíram para que ao longo da vala se registasse uma unidade de terras revolvidas composta por inúmeros tipos de sedimentos, desde terras areno-argilosas de grão miúdo e homogéneo, cinzas, areões, pedras calcárias não calibradas, xisto, terra margosa, pedras calcárias, restos de materiais de construção, desde fragmentos de tégulas, azulejos sevilhanos, azulejos de produção industrial, tijolo furado, blocos de cimento, cerâmica doméstica, vidro, botão plástico, disco em bronze, tampa metálica da “compal”, e material osteológico humano e de fauna.

Em áreas distintas da vala registaram-se duas estruturas de alvenaria. Uma registada entre a porta do nº 1 do Bc. da Carqueja e a esquina noroeste deste mesmo imóvel [E1], com cerca de

5,20m de comprimento. Composta por aparelho de alvenaria de pedras calcárias com ligante de argamassa de cal e areia. Prolonga-se para o perfil nascente e apresentava sinais de destruição da parte poente, intercetada com a implantação do coletor de grés, característico da 1.ª metade do século XX. Apesar de não ser possível determinar a sua tipologia ou funcionalidade, a mesma foi preservada com manta geotêxtil sob uma camada de areia, onde assentou o tubo do gás, por motivo de proteção e salvaguarda.



Pormenor da estrutura de alvenaria [E1], registada no Bc. da Carqueja, na vala para instalação da rede de gás.



Abertura da vala para instalação da rede de gás no Largo da Sé Velha, com estruturas de alvenaria [E2] e [E3], e diversas infraestruturas pré-existentes.



Pormenor do perfil nascente da vala da rede de gás, no Largo da Sé Velha.

A segunda estrutura⁶ registou-se a 40cm de profundidade, no Largo da Sé Velha, a poente da esquina do n.º 32, frente à escadaria da entrada principal da Sé Velha. Trata-se de um muro de alvenaria de pedra calcária descalibrada com ligante de argamassa pobre de cal e areia, rebocado do lado norte [E2], onde se coliga com um pavimento de tijoleira de cerâmica vermelha [E3]. Este conjunto, encontrava-se intercetado do lado sul por manilhas de grés (coletor desativado), do lado norte por manilhas em lusalite e por cima tem um tubo em PVC. Esta estrutura, não foi afetada pela instalação da rede de gás, tendo ficado protegida com manta geotêxtil e alguns sedimentos extraídos da própria vala. A interligação com a rede de gás pré-existente no Largo da Sé Velha ocorreu na parte noroeste do Largo, no alinhamento do n.º 1 do prédio que faz canto com a Rua dos Coutinhos, a cerca de 80 cm de profundidade.

Não foi possível determinar a dimensão das estruturas, uma vez que, as áreas não intercetadas, se prolongam para ambos os perfis da vala.



Vala para a rede de gás no Largo da Sé Velha, junto ao ponto de interceção da rede pré-existente.

Foram realizados cinco ramais de ligação aos imóveis situados no Largo da Sé Velha, Beco da Carqueja e Rua da Ilha.

⁶ Esta estrutura poderá estar relacionada com a “Casa da Audiência dos Juizes da Cidade” que em 1498 a Câmara cedeu por escambo, para alargamento do tabuleiro diante da porta principal da Sé (Loureiro 1964:272-274).



Ramais para fornecimento de gás no Beco da Carqueja.



Ramal para o Largo da Sé Velha, nº 29/Rua da Ilha n.º 6-8.

Os quatro ramais executados no Bc. da Carqueja revelaram zonas bastante revolvidas por implantação de infraestruturas anteriores. O quinto ramal consistiu na abertura de uma vala com um total de 15 metros de comprimento na parte sudoeste do Largo da Sé Velha. Nesta vala aproveitou-se para instalar também outras infraestruturas para telecomunicações e eletricidade. A nível estratigráfico, apresentava uma superfície revestida por seixo rolado, que assentava

diretamente numa camada de revolvimento composta por sedimento de terra arenosa, de cor castanha escura, homogénea de grão miúdo e pouco compacta, com fragmentos de cerâmica doméstica, uma cavilha, azulejos, que assentava sobre uma unidade geológica de pedra calcária.

Durante os trabalhos arqueológicos exumaram-se materiais de diversas tipologias e de várias épocas que atestam o revolvimento em toda a área de intervenção desta vala. Destacam-se botões metálicos e em plástico, cabo de escova de dentes em osso de animal, fragmentos de cerâmica doméstica comum, faiança com decoração, disco/moeda em cobre, vidro, fauna, material osteológico humano, azulejos sevilhanos e de produção industrial, cerâmica de construção, como tijolos e *tegulae*.



Exemplares do espólio recolhido durante o acompanhamento arqueológico

No que reporta aos trabalhos antropológicos informa-se que a abertura das valas realizou-se sempre com a presença de antropóloga, tal como se encontrava preconizado nas medidas de salvaguarda de património. Durante a abertura da vala, mais propriamente na zona de entrada do Beco da Carqueja, pela zona do adro, registou-se a presença de material osteológico humano e de fauna, em contexto de revolvimento. Este contexto, tal como se enunciou anteriormente, encontra-se justificado pelas sucessivas transformações que foram ocorrendo neste adro da igreja, que foram enunciados anteriormente. A presença de material osteológico humano no local desta obra fundamenta-se pela prática funerária usual, de inumação no interior e adro das



igrejas. Este espaço de culto apresenta adro com presença de necrópole com espaços sepulcrais, tal como Vasconcelos (1993: 107-108) afirmou “*As sepulturas eram cavadas na terra, onde esta apresentava espessura suficiente; ou então abertas na própria rocha, e cobertas por campa. Ainda hoje, nas cercanias da igreja, se encontram muitas dessas sepulturas no subsolo, mas em regra já desprovidas de campa.*”. Esta informação indicia precisamente a importância desta zona e do património arqueológico e antropológico que foi e será possível identificar.

Associado a esta informação histórico-patrimonial, os elementos de datação são relevantes para um enquadramento da área intervencionada. O espólio recolhido encontrava-se todo em contexto de revolvimento e não permitiu uma datação exata da ocupação e das intervenções ocorridas. Apenas se pode inferir a existência de várias intervenções no adro, tal como se apresentou anteriormente e através dos registos obtidos na abertura das valas com identificação de materiais muito recentes, como é o caso da carga da “Compal”.

A compilação dos dados que se apresentam, revelam apontamentos relativos à análise e interpretação dos resultados de antropologia funerária, do estado de preservação, processos tafonómicos, análise paleodemográfica (estimativa da idade à morte - grupo etário, diagnose sexual, e número mínimo de indivíduos), análise morfológica – métrica, e análise paleopatológica com referência à patologia degenerativa articular, não articular e oral. A informação encontra-se explanada ao longo do relatório escrito, materializando-se os dados em pontos específicos como material, métodos, resultados e considerações finais. Ao longo da apresentação dos dados foram enunciadas as referências da literatura consultada e relacionada.

Após o estudo paleoantropológico, o resultado destes trabalhos revelou a presença de uma amostra de 145 ossos. No cômputo geral, o material osteológico humano apresentava uma elevada fragmentação, ou seja, 83,4% da amostra consistia em ossos partidos, 8,3% em ossos quase inteiros e 8,3% em ossos inteiros. O material osteológico não humano encontrava-se todo fragmentado. A questão das alterações tafonómicas respeitaram à análise de parâmetros como, a alteração morfológica, a interferência de agentes como, água, raízes, ação humana e não humana e os parâmetros da questão da preservação do osso e a identificação de cada fragmento e/ou osso. Todos os ossos apresentam fatores tafonómicos, ou seja, mesmo os 12 ossos inteiros, sendo que 5 são dentes, apresentavam alguns indícios a registar. Assim, face a uma grande prevalência de alterações morfológicas por ação tafonómica, ressalvaram-se apenas os casos de



maior evidência. Isto é, registaram-se 2 casos com presença de orifícios, 5 casos com presença de cortes *post mortem*, 2 casos com presença de argamassa, e 3 casos de osso seco. No âmbito dos dados paleodemográficos, foi possível estimar a idade, o nmi/NMI e a diagnose sexual, nesta amostra. A estimativa da idade à morte nesta amostra revelou a presença de 17 casos de ossos de não adultos (11,7%) e os restantes pertencem a ossos de adultos (88,3%). A obtenção do nmi e NMI com base nos ossos longos permitiu inferir a existência de 18 indivíduos, respetivamente. Para a amostra de não adultos os procedimentos adotados foram os mesmos. Através dos ossos longos, o nmi e NMI de não adultos possibilitou inferir que seriam 6 indivíduos, respetivamente. Foram ainda realizadas análises comparativas de correlação tipológica de ossos para determinar os nmi e NMI de adultos e não adultos. Foi possível identificar apenas um indivíduo do sexo feminino e registou-se a presença de 3 casos de caracteres discretos, ou seja, a presença de faceta dupla esquerda no atlas (O.47), a presença de faceta anterior dupla no calcâneo (O.66) e a presença de fossa hipotrocantérica no fémur (O.123). No campo das doenças ressalva-se a patologia degenerativa articular com presença de porosidade, labiação e 1 caso de osteoartrose (O.34). Nas doenças não articulares existe uma alteração da entese de forma ténue. A patologia oral revela uma dieta composta por substâncias duras e abrasivas com base no desgaste dentário, assim como se verifica a falta de higiene com base na perda de dentes *ante mortem*. Este estudo é um contributo indispensável para a paleoantropologia e estudos posteriores. Sugere-se a leitura integral do relatório para um aprofundamento de todos os dados obtidos.



Atlas, com arco anterior partido O.47. Alteração tafonómica - presença de cortes *post mortem* na faceta inferior esquerda. Presença de faceta dupla esquerda (Finnegan, 1978).

Zona de facetas articulares de calcâneo direito O. 66. Presença de faceta anterior dupla (Finnegan, 1978). Presença de porosidade na faceta articular talar posterior.



Salienta-se o facto destas descobertas corresponderem a uma área muito diminuta de intervenção, não sendo representativa da população inumada. A existência de material osteológico humano justifica-se devido à presença de uma comunidade religiosa nesta área que terá utilizado o adro para inumar os seus entes queridos. No entanto, apesar da reduzida amostra (n145), o seu contributo é indispensável para a perceção da área intervencionada como espaço funerário. A amostra revelou alguns dados significativos no campo do estudo paleoantropológico e que contribuem significativamente para estudos posteriores. A preservação, conservação, investigação e integração do património dos projetos é sempre uma mais-valia do ponto de vista cultural para o espaço a reabilitar.

Sumariamente, conclui-se que os trabalhos arqueológicos e antropológicos efetuados se pautaram pela observação da abertura das valas para implantação das infraestruturas; revelou a existência de uma área muito revolvida com presença de materiais de diferentes épocas, como antigas estruturas murais de alvenaria associado a um pavimento em tijoleira; e da utilização do espaço como área de necrópole no adro da Sé Velha, apesar da amostra osteológica humana exumada e estudada.

Assim, em futuras intervenções que se executem no subsolo, propõe-se como medida de salvaguarda, que sejam alvo de acompanhamento arqueológico, uma vez que:

I - se registam vestígios arqueológicos que permaneceram *in situ* e que se prolongam para os cortes da vala;



II - registou-se, nesta intervenção, a presença de material osteológico humano em contexto de revolvimento;

III – a cota de afetação ocorreu numa área residual, face à dimensão do Largo e não se atingiram níveis geológicos.

Bibliografia⁷

- Alarcão, J. de, 2008. *Coimbra. A montagem do cenário urbano*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Correia, A. 1945. *Toponímia Coimbrã*. Vol. I Ed. Biblioteca Municipal, Coimbra.
- Figueiredo, P. 2013. *Catedral de Coimbra / Sé Velha de Coimbra / Igreja Paroquial da Sé Velha / Igreja de Nossa Senhora da Assunção*. [Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2673] acessado em janeiro 2015.
- Finnegan, M. 1978. Non-metric variation of the infracranial skeleton. *Journal of Anatomy*.125 (1): 23-47.
- Câmara Municipal de Coimbra (Edição). 2006. *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Gráfica de Coimbra. Coimbra.
- Loureiro, J.P. 1964. *Toponímia de Coimbra*. Vol.s I e II, Câmara Municipal de Coimbra. Coimbra.
- Madeira, S. 2008. *Trabalhos Arqueológicos. Reconstrução de duas casas Geminadas: Escadas da Carqueja, n.º 3*. Relatório Final, Câmara Municipal de Coimbra. Policopiado.
- Pimentel, A. 2000. *A morada da sabedoria. O Paço Real de Coimbra: Das Origens ao Estabelecimento da Universidade*. Edições Almedina. Coimbra.

⁷ Apresenta-se nesta lista apenas as referências bibliográficas utilizadas no artigo. Sugere-se a leitura do relatório na íntegra para obtenção da restante literatura consultada.



- Pontes, M. L. C. 2009. *A Sé Velha de Coimbra: uma proposta de interpretação museológica*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural, na área de especialização em Museologia e Património Cultural. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13260/1/A%20S%C3%A9%20Velha%20de%20Coimbra.pdf>] acedido em 11-12-2014.
- Rossa, W. 2001. *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra. Policopiado.
- Vasconcelos, A. 1993. *A Sé Velha de Coimbra*. Vol. I e II. Reedição. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Web:

- <https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/tag/s%C3%A9+velha> acedido em janeiro de 2015.
- <https://i.pinimg.com/originals/e4/7e/22/e47e22bed55ab07b6eb86f841bfb5012.jpg> acedido em janeiro de 2015.